



LC 3.901/2006, SEÇÃO III - DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO NATURAL E CULTURAL

Art. 74) – Ficam declaradas como áreas de preservação permanente e como tais, preservadas, os lagos e as áreas de entorno prioritariamente das represas “Hermínio Ometto”, “Antônio Meneghetti”, “Usina Santa Lúcia” e “João Ometto Sobrinho”, assim como o Ribeirão das Furnas e o Ribeirão das Araras e seus afluentes, a montante destas barragens até suas nascentes.

Art. 75) – Em uma faixa de 200,00 (duzentos) m na área limítrofe da orla de acumulação máxima das represas do Município utilizadas para o abastecimento público, ficam proibidos loteamentos urbanos, bem como qualquer atividade agrícola que necessite de uso de defensivo ou fertilizante.

§ 1º – As águas das represas a que se referem os artigos anteriores destinam-se prioritariamente à transformação para o abastecimento de água potável, não sendo permitido o seu uso para qualquer outra atividade.

§ 2º – Será permitido o uso agrícola da faixa compreendida entre os 100,00 (cem) m e 200,00 (duzentos) m estabelecidos no caput deste artigo, desde que sejam adotadas as práticas conservacionistas recomendadas, de forma a se evitar o carreamento de produtos indesejáveis para o corpo d’água, mediante fiscalização municipal.

CODIGO FLORESTAL 12651/2012

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

III - as áreas no entorno dos reservatórios d’água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d’água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

Outorga nº 201900000675-XS2, Portaria DAAE nº 3754, de 16 de Julho de 2019.

LEI Nº 14.285, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d’água em áreas urbanas consolidadas.

Conforme opinião jurídica de Silveira, G.C., publicada no Jornal Valor, página E2, de 28/01/2022, a lei dá autonomia aos municípios na regulamentação de APPs ciliares urbanas, considerando áreas urbanas consolidadas que atendem requisitos ambientais preestabelecidos.

Legenda

- Estação de Tratamento de Água
- EEAB Hermínio Ometto

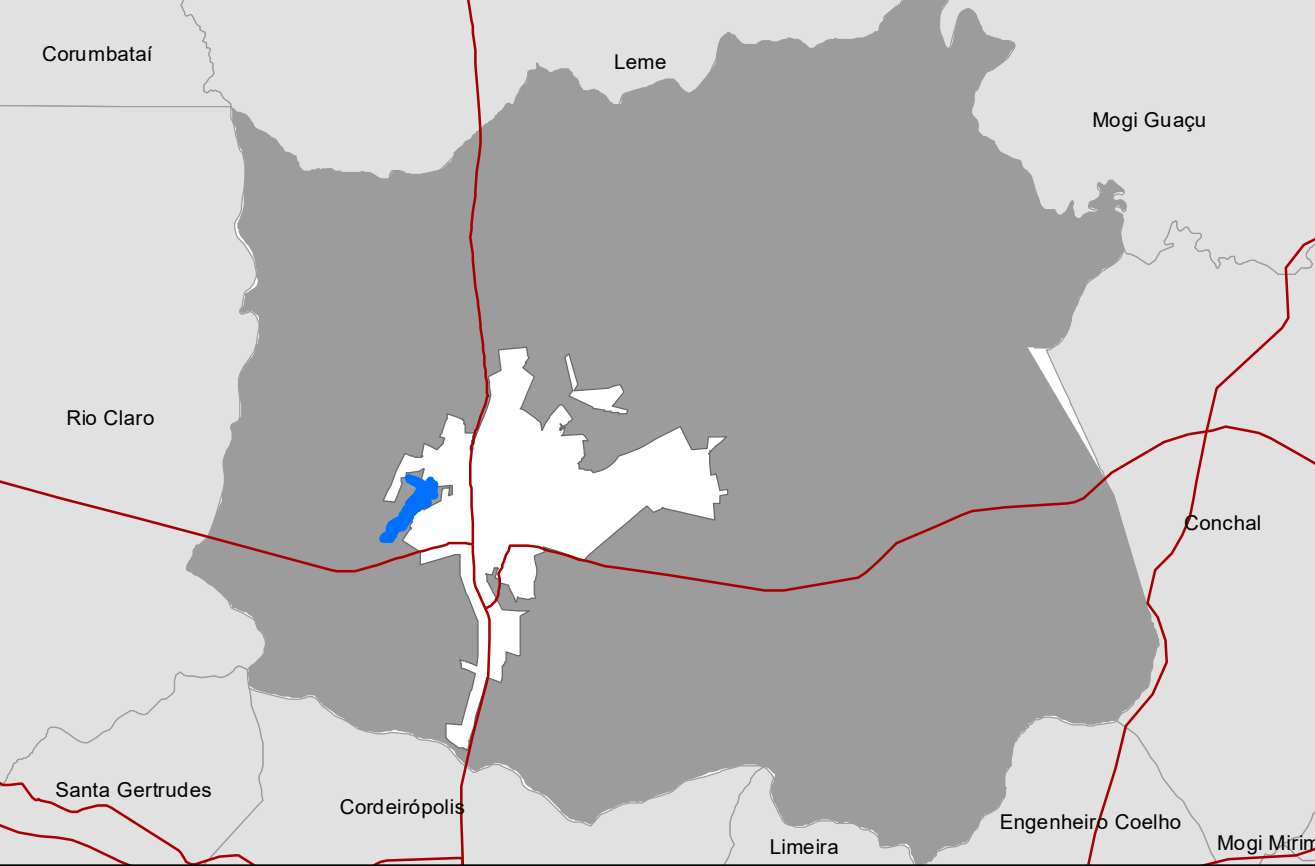
Traçado represa conforme outorgado

- margem
- Restrição 30 metros
- Área preservação permanente 100 metros
- Zona de Amortecimento 200 metros

Hidrografia

- Micro bacias
- Topografia 5m
- Rodovias Brasil

- APPs em áreas privadas
- APPs em áreas públicas
- Perímetro Urbano



Represa Hermínio Ometto no perímetro urbano

Desenvolvimento e elaboração:
Núcleo Técnico - Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado 2022 - Portaria 12.172/2022

Bases cartográficas:
Prefeitura Municipal de Araras:
Represa Hermínio Ometto conforme aprovada pela CETESB

Departamento de Estradas de Rodagem - DER, 2019 in Portal GEOSEADE
Hidrografia - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)
Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo - IGC

Projeção Transversal de Mercator
UTM - Zone 23S - SIRGAS 2000

0 0,3 0,6 0,9 1,2 Km
1:7.500

OCUPAÇÃO DO SOLO NA REPRESA HERMÍNIO OMETTO
27/09/2022